



Justiça
Cidadania
e Serviço

CADERNO DA ESTRATÉGIA

**Planejamento Estratégico
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
2021-2026**

Versão: Outubro/2025



Direcionadores Estratégicos

Missão

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Visão

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, prestando serviços de qualidade e promovendo a cidadania.

Valores Organizacionais

-  Imparcialidade
-  Responsabilidade Socioambiental
-  Segurança
-  Transparência

Atributos de Valor para a Sociedade

-  Acessibilidade
-  Agilidade
-  Credibilidade
-  Efetividade
-  Inovação



Objetivos Estratégicos



Perspectiva da Sociedade

Fortalecer a relação
institucional com a sociedade

Prestar serviço de qualidade
ao público

Fomentar a educação para a
cidadania

Perspectiva de Processos Internos

Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação
jurisdicional

Combater a corrupção, a improbidade
administrativa e os ilícitos eleitorais

Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
Administrativa

Melhorar a comunicação administrativa

Promover a sustentabilidade
ambiental

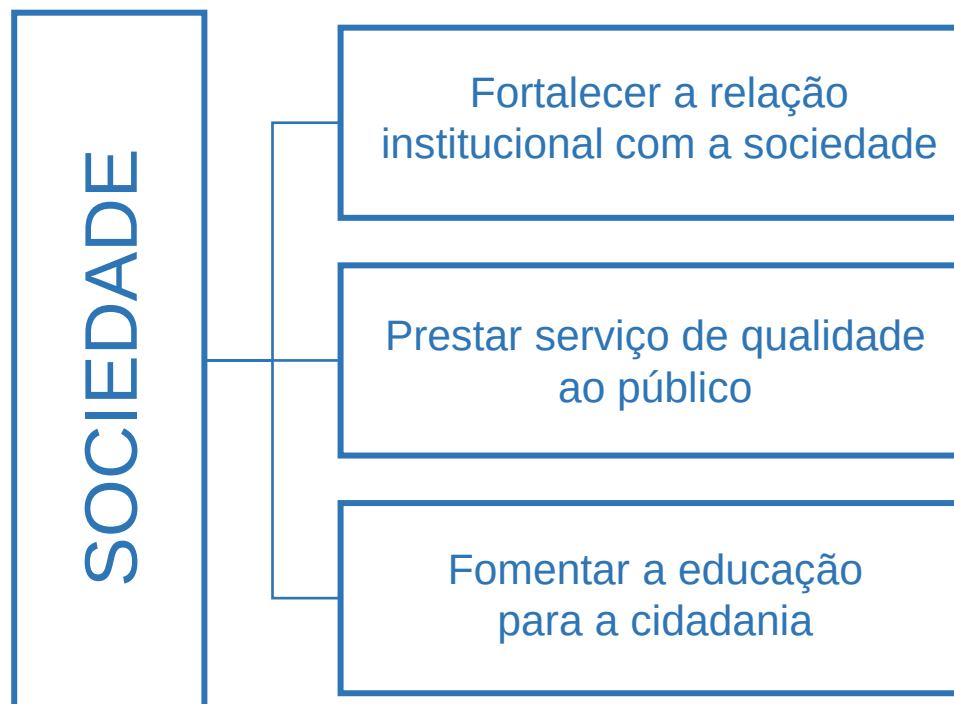
Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

Aprimorar a Gestão de
Pessoas

Promover a melhoria contínua
da Governança e da Gestão de
TIC

Aperfeiçoar a Gestão
Orçamentária e Financeira

Glossário dos Objetivos Estratégicos



1. Fortalecer a relação institucional com a sociedade

Adotar estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e de fácil compreensão, a fim de conferir transparência às ações empreendidas pelo Órgão, aos seus dados orçamentários e de desempenho. Objetiva fortalecer a imagem do TRE-BA como instituição que aplica corretamente recursos públicos na realização de sua missão organizacional.

Responsável: SGP/ASCOM

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i1. Índice de confiança no TRE-BA (Ouvidoria)	p1. Imago (SGP/ASCOM)
i2. Índice de Transparência (SPL/COPEG/SEGOVE)	a1. Revisar a formulação e implementar os procedimentos de apuração e tratamento dos resultados da pesquisa de confiança, visando maior efetividade nas análises e tomadas de decisão (concluída) (Ouvidoria, SPL/COELE/SEACLI e SGP/ASCOM)

2. Prestar serviço de qualidade ao público

Garantir acessibilidade ampla aos serviços oferecidos pelo TRE-BA, mediante aprimoramento constante da estrutura e dos mecanismos físicos e eletrônicos de atendimento ao cidadão.

Responsável: SGP/RE/ASSZE

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i3. Índice de satisfação de clientes para atendimento presencial (Ouvidoria)	p2. Intervenções para garantir acessibilidade ao Edifício-Sede do TRE-BA (concluído) (SGS/COMANP)
i4. Índice de satisfação de clientes para atendimento virtual (Ouvidoria)	a2. Articular com parceiros para a adaptação dos postos de atendimento ao eleitor (concluída) (SGPRE/ASSZE)
i5. Taxa de unidades de atendimento acessíveis (SGS/COMANP)	a18. Aprimorar a acessibilidade digital na intranet e internet institucionais (SPR/ASSINC)



3. Fomentar a educação para a cidadania

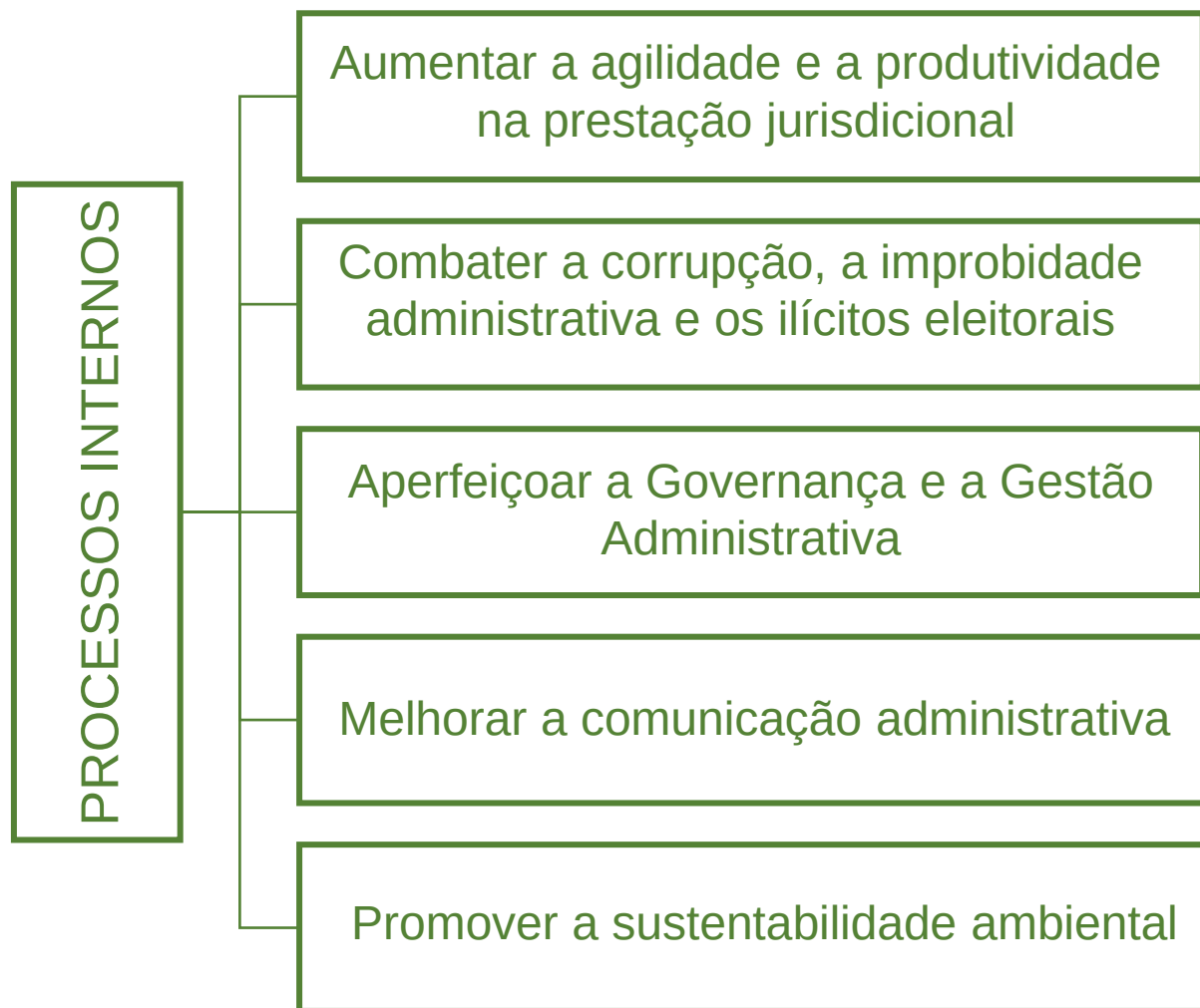
Promover ações de educação para a cidadania e de conscientização sobre o papel da Justiça Eleitoral. Objetiva combater a desinformação e as fake news, fomentar a participação feminina e de minorias na política, esclarecer o funcionamento do processo eleitoral, a segurança do sistema eletrônico de votação, a importância do voto como instrumento garantidor da democracia, bem assim os direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania.

Responsável: EJE

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i6. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (EJE)	a3. Ampliação do “Projeto Jovem Eleitor” na Bahia (EJE)
i7. Taxa de instituições de ensino alcançadas por ações de cidadania (EJE)	a4. Curso de Lideranças Políticas Femininas (EJE)
i8. Taxa de pessoas capacitadas em vagas disponibilizadas a mulheres e minorias em relação às candidaturas de 2020 (EJE)	



Glossário dos Objetivos Estratégicos



4. Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

Assegurar a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, a fim de materializar o princípio constitucional da duração razoável do processo. Busca racionalizar o julgamento de casos análogos, mediante aplicação do sistema de precedentes obrigatórios, garantindo-se a segurança jurídica, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.

Responsáveis: SCR, SPR/COJUR e SJU

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i9. Taxa de agilidade no julgamento de processos no 1º grau (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	a5. Consolidação da implantação da Automação Processual, aplicada à Prestação Jurisdicional com uso da Inteligência Artificial (concluída) (CEIMPJ)
i10. Taxa de agilidade no julgamento de processos no 2º grau (SJU/ASSAN2)	a16. Elaboração do Plano de Prestação Jurisdicional no 1º Grau – Planjur1 (concluída) (SJR e SCR)
i11. Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 1º grau (Meta Nacional N.º 1 do Poder Judiciário/CNJ) (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	a17. Elaboração do Plano de Prestação Jurisdicional no 2º Grau – Planjur2 (concluída) (SJU)
i12. Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 2º grau (Meta Nacional N.º 1 do Poder Judiciário/CNJ) (SJU/ASSAN2)	
i13. Taxa de julgamento de processos antigos no 1º grau (Meta Nacional N.º 2 do Poder Judiciário/CNJ) (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	
i14. Taxa de julgamento de processos antigos no 2º grau (Meta Nacional N.º 2 do Poder Judiciário/CNJ) (SJU/ASSAN2)	
i15. Taxa de congestionamento líquida no 1º grau (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	
i16. Taxa de congestionamento líquida no 2º grau (SJU/ASSAN2)	

5. Combater a corrupção, a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais

Priorizar a tramitação das ações penais eleitorais, das prestações de contas e dos processos judiciais que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade. Preservar a lisura do processo eleitoral, com o fortalecimento dos instrumentos de fiscalização da aplicação dos recursos públicos nas campanhas eleitorais. Assegurar, ainda, a probidade administrativa internamente, divulgando e aplicando as regras do Código de Ética e aprimorando os mecanismos internos de controle.

Responsáveis: SCR, SPR/COJUR e SJU

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i17. Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade - 1º grau (Meta Nacional N.º 4 do Poder Judiciário/CNJ) (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	a5. Consolidação da implantação da Automação Processual, aplicada à Prestação Jurisdicional com uso da Inteligência Artificial (concluída) (CEIMPJ)
i18. Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade - 2º grau (Meta Nacional N.º 4 do Poder Judiciário/CNJ) (SJU/ASSAN2)	
i19. Taxa de iniciativas fomentadas pelo TRE-BA que visam a acelerar a tramitação de ações criminais no 1º grau (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	
i20. Taxa de julgamento das prestações de contas anuais de partidos políticos - 1º grau (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	
i21. Taxa de julgamento das prestações de contas anuais de partidos políticos - 2º grau (SJU/ASSAN2)	
i22. Taxa de julgamento de prestações de contas eleitorais de partidos políticos e candidatos não eleitos - 1º grau (SCR/COAJUC e SPR/COJUR)	
i23. Taxa de julgamento de prestações de contas eleitorais de partidos políticos e candidatos não eleitos - 2º grau (SJU/ASSAN2)	
i44. Taxa de cumprimento do Plano de Integridade do TRE-BA (SPL/COPEG/SEGEPRO)	

6. Aperfeiçoar a Governança e a Gestão Administrativa

Fomentar, implantar e monitorar estratégias que visem à eficiência operacional interna, à desburocratização e à simplificação dos processos de trabalho. Engloba a sedimentação da cultura de gestão de riscos e sua implementação nos processos finalísticos, bem como a elevação do nível de maturidade em gestão de processos. Busca também a adoção das melhores práticas de gestão estratégica, documental, da informação e de projetos, no intuito de aperfeiçoar e preservar a continuidade dos serviços prestados.

Responsável: SGPRE/SPL

INDICADORES RELACIONADOS

i26. Taxa de maturidade em Governança
(SPL/COPEG/SEGOVE)

i27. Taxa de processos organizacionais mapeados, com Gestão de Riscos e indicadores estabelecidos
(SPL/COPEG/SEGEPRO)

i43. Taxa de execução do Plano de Ação anual para disseminação de Gestão de Processos e de Riscos
(SPL/COPEG/SEGEPRO)



7. Melhorar a comunicação administrativa

Comunicar o cotidiano da gestão administrativa, informar diretrizes, regras e instruções a fim de melhorar a compreensão dos servidores sobre as atribuições das diversas unidades, e de promover a interação necessária para a execução das atividades transversais do TRE-BA. Busca conferir suporte informativo para a consolidação de visão sistêmica sobre o funcionamento do Órgão, evitando-se conflitos em virtude da desinformação interna e otimizando-se o fluxo dos processos organizacionais.

Responsável: SGP/RE/ASCOM

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i28. Índice de qualidade da comunicação administrativa (SGP/COEDE)	p4. Comunicação Integrada (concluído) (SGP/RE/ASCOM)
i45. Grau de consciência estratégica do TRE-BA (SPL/COPEG/SEPLANE)	a6. Revisão e institucionalização do Programa de Ambientação do novo servidor e colaborador (concluída) (SGP/COEDE)



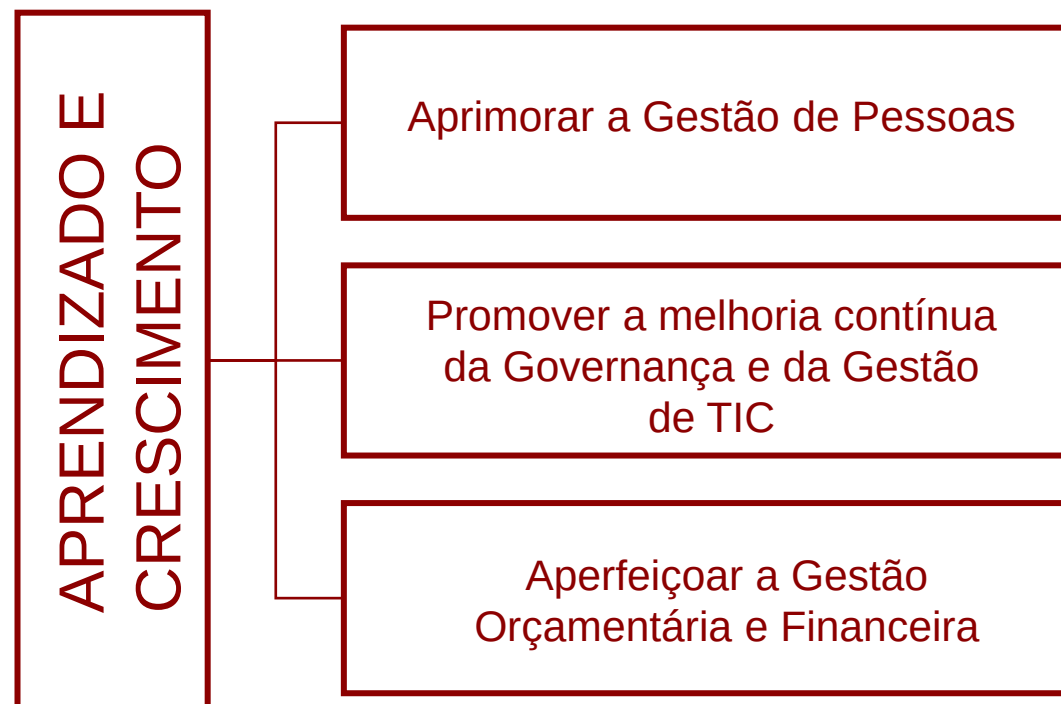
8. Promover a sustentabilidade ambiental

Ampliar e fortalecer a cultura de racionalização do uso dos recursos, com a adequada gestão dos resíduos gerados, o uso apropriado dos recursos finitos e a gestão sustentável de documentos. Busca conscientizar, criar e manter mecanismos para medir e minorar o impacto ambiental das atividades inerentes ao funcionamento do TRE-BA.

Responsável: SPR/ASSINC

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i29. Índice de desempenho de sustentabilidade – IDS (SPR/ASSINC)	pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA (SGS/COMANP)
i30. Taxa de alcance das metas do Plano de Logística Sustentável (SPR/ASSINC)	p15. Adoção de medidas com vistas à ampliação da instalação de usinas fotovoltaicas nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA (SGS/COMANP)
	p16. Adoção de medidas com vistas à ampliação da capacidade de captação e utilização de água da chuva nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA (concluído) (SGS/COMANP)
	a7. Impulsionamento do PLS - Plano de Logística Sustentável 2021-2026, priorizando ações nos eixos que compõem o cálculo do IDS (SPR/ASSINC)
	a8. Ações de sensibilização e de educação continuada, voltadas à sustentabilidade ambiental e envolvendo todos os servidores e terceirizados (SPR/ASSINC)

Glossário dos Objetivos Estratégicos



9. Aprimorar a Gestão de Pessoas

Desenvolver e adotar políticas, métodos e práticas que favoreçam a gestão de desempenho, a liderança, a capacitação contínua, a adequada distribuição da força de trabalho, o desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação. Promover a saúde do servidor, possibilitando sua valorização, a qualidade de vida no trabalho, a cooperação e a humanização nas relações interpessoais, além da prevenção e do enfrentamento aos assédios moral, sexual e à discriminação. Fomentar, ainda, a gestão do conhecimento e da mudança, no intuito de minorar os efeitos das alternâncias periódicas de gestão e das movimentações de pessoal.

Responsável: SGP

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i31. Taxa de pesquisa de clima organizacional (SGP)	pgr3. Melhoria e Adequação das Condições de Segurança do Trabalho no TRE-BA (SGP/COASA, SGA e SGS)
i32. Índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas/iESGo-TCU) (SGP)	p5. Desenvolvimento e implantação de plano de sucessão para as ocupações críticas do TRE-BA (SGP/COEDE)
i46. Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de saúde própria (TASE) (SGP/COASA/SEDAS)	p6. Implantação da gestão do desempenho com foco em resultados (concluído) (SGP/COEDE)
	p7. Instituição do Plano de Benefícios voltado à Promoção da Saúde do Servidor (concluído) (SGP/COASA)
	p8. Prevenção e Enfrentamento ao Assédio (Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual)
	p13 – Aprimoramento da Ergonomia no ambiente de trabalho – vinculado ao pgr3 (SGP/COASA e SGA)
	p14 – Infraestrutura das instalações do TRE-BA melhoradas – vinculado ao pgr3 (SGP/COASA e SGS/COMANP)



10. Promover a melhoria contínua da Governança e da Gestão de TIC

Desenvolver programas, projetos e ações que visem ao fortalecimento das estratégias digitais e à melhoria da Governança e da Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Buscar continuamente a inovação tecnológica, a elevação da capacidade de entrega de soluções de TIC e o aprimoramento dos processos de trabalho da área. Compreende também ampliar os serviços digitais ao cidadão e promover a satisfação dos usuários, aperfeiçoando a infraestrutura tecnológica e a gestão da segurança da informação e da proteção de dados pessoais.

Responsável: STI

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i33. Taxa de satisfação dos usuários de TIC (STI)	a10. Segurança da Informação no TRE-BA: Planejamento, Capacitação, Implantação e Certificação (CGSI e ASSGSI)
i34. Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura (iGovTIC-JUD) (CGovTIC)	a11. Aquisição de equipamentos, softwares e serviços para a infraestrutura do datacenter (concluída) (STI/COSINF/SEINFRA)
i35. Índice de execução do PDTIC (STI)	a12. Atualização do parque tecnológico (equipamentos e rede) (concluída) (STI/COSINF/SEINFRA e STI/COSUP/SEQUIP)
i36. Índice de Adesão à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (CGPD)	a13. Modernização das telecomunicações com foco em segurança da informação e provimento de Internet via <i>wi-fi</i> (concluída) (STI/COSINF/SEINFRA)
i37. Índice de Adesão a Pesquisas de Satisfação Padronizada (Indicador do ENTIC-JUD/CNJ) (STI)	a14. Implantação de plataforma de desenvolvimento <i>low-code</i> (concluída) (STI/COSINF/SEDESC)
	a15. Implantação de novo <i>Service Desk</i> (concluída) (STI/COSUP)

11. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Promover a racionalização contínua dos custos do TRE-BA, com o fortalecimento dos mecanismos de garantia da aderência da execução ao orçamento planejado, e com o aperfeiçoamento da integração entre os planejamentos orçamentários e as gestões estratégica e operacional. Visa à adoção da sustentabilidade orçamentária e financeira, mediante aquisições racionalizadas e gastos padronizados. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais para obtenção dos melhores resultados com os recursos orçamentários disponibilizados.

Responsável: SOF

INDICADORES RELACIONADOS	INICIATIVAS
i38. Taxa de aderência da execução ao planejamento orçamentário (SOF)	pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA (SGS/COMANP)
i39. Taxa de execução financeira (SOF)	pgr5. Qualificação do Plano, Orçamento e Gasto – PROQUALI (SOF/COGEORC)
i40. Taxa de evolução da liquidação da despesa (SOF)	p9. Qualificação do Planejamento e Execução do Orçamento – Vinculado ao PROQUALI (SOF/COGEORC)
i41. Taxa de liquidação dos créditos destinados às iniciativas estratégicas (SOF)	p10. Ciclo de Oficinas de Discussões para o Planejamento do Orçamento - CIPO – Vinculado ao PROQUALI (concluído) (SOF/COGEORC)
i42. Taxa de inscrição em restos a pagar (SOF)	p11. Implantação do Plano Diretor de Demandas e Ações - PDDA – Vinculado ao PROQUALI (cancelado) (SOF/COGEORC)
	p12. Qualificação do Processo de Fiscalização do Contrato, no âmbito da Execução Orçamentária e Financeira – Vinculado ao PROQUALI (SOF/COGEORC)
	p15 – Adoção de medidas com vistas à ampliação da instalação de usinas fotovoltaicas nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA (SGS/COMANP)
	p16 – Adoção de medidas com vistas à ampliação da capacidade de captação e utilização de água da chuva nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA (concluído) (SGS/COMANP)

INDICADORES ESTRATÉGICOS

i1. Índice de confiança no TRE-BA	i22. Taxa de julgamento de prestações de contas eleitorais de partidos políticos e candidatos não eleitos - 1º grau
i2. Índice de Transparência	i23. Taxa de julgamento de prestações de contas eleitorais de partidos políticos e candidatos não eleitos - 2º grau
i3. Índice de satisfação de clientes para atendimento presencial	i26. Taxa de maturidade em Governança
i4. Índice de satisfação de clientes para atendimento virtual	i27. Taxa de processos organizacionais mapeados, com Gestão de Riscos e indicadores estabelecidos
i5. Taxa de unidades de atendimento acessíveis	i28. Índice de qualidade da comunicação administrativa
i6. Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral	i29. Índice de desempenho de sustentabilidade – IDS
i7. Taxa de instituições de ensino alcançadas por ações de cidadania	i30. Taxa de alcance das metas do Plano de Logística Sustentável
i8. Taxa de pessoas capacitadas em vagas disponibilizadas a mulheres e minorias em relação às candidaturas de 2020	i43. Taxa de execução do Plano de Ação para disseminação de Gestão de Riscos e de Processos
i9. Taxa de agilidade no julgamento de processos no 1º grau	i44. Taxa de cumprimento do Plano de Integridade do TRE-BA
i10. Taxa de agilidade no julgamento de processos no 2º grau	i45. Grau de consciência estratégica do TRE-BA
i11. Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 1º grau (Meta Nacional N.º 1 do Poder Judiciário/CNJ)	i31. Taxa de pesquisa de clima organizacional
i12. Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 2º grau (Meta Nacional N.º 1 do Poder Judiciário/CNJ)	i32. Índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas/iESGo-TCU)
i13. Taxa de julgamento de processos antigos no 1º grau (Meta Nacional N.º 2 do Poder Judiciário/CNJ)	i33. Taxa de satisfação dos usuários de TIC
i14. Taxa de julgamento de processos antigos no 2º grau (Meta Nacional N.º 2 do Poder Judiciário/CNJ)	i34. Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura (iGovTIC-JUD)
i15. Taxa de congestionamento líquido no 1º grau	i35. Índice de execução do PDTIC
i16. Taxa de congestionamento líquido no 2º grau	i36. Índice de Adesão à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD
i17. Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade - 1º grau (Meta Nacional N.º 4 do Poder Judiciário/CNJ)	i37. Índice de Adesão a Pesquisas de Satisfação Padronizada (Indicador do ENTIC-JUD/CNJ)
i18. Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade - 2º grau (Meta Nacional N.º 4 do Poder Judiciário/CNJ)	i38. Taxa de aderência da execução ao planejamento orçamentário
i19. Taxa de iniciativas fomentadas pelo TRE-BA que visam a acelerar a tramitação de ações criminais no 1º grau	i39. Taxa de execução financeira
i20. Taxa de julgamento das prestações de contas anuais de partidos políticos - 1º grau	i40. Taxa de evolução da liquidação da despesa
i21. Taxa de julgamento das prestações de contas anuais de partidos políticos - 2º grau	i41. Taxa de liquidação dos créditos destinados às iniciativas estratégicas
	i42. Taxa de inscrição em restos a pagar
	i46. Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de saúde própria (TASE)



Perspectiva da Sociedade



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

PROGRAMAS (pgr)	
pgr3. Melhoria e Adequação das Condições de Segurança do Trabalho no TRE-BA	
pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA	pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA
pgr5. Qualificação do Plano, Orçamento e Gasto - PROQUALI	
PROJETOS (p)	
p1. Imago	
p2. Intervenções para garantir acessibilidade ao Edifício Sede do TRE-BA	
p4. Comunicação Integrada	
p5. Desenvolvimento e implantação de plano de sucessão para as funções chaves do TRE-BA	
p6. Implantação da gestão do desempenho com foco em resultados	
p7. Instituição do Plano de Benefícios voltado à Promoção da Saúde do Servidor	
p8. Prevenção e Enfrentamento ao Assédio	
p9. Qualificação do Planejamento e Execução do Orçamento – Vinculado ao PROQUALI	
p10. Ciclo de Oficinas de Discussões para o Planejamento do Orçamento - CIPO – Vinculado ao PROQUALI	
p11. Implantação do Plano Diretor de Demandas e Ações - PDDA – Vinculado ao PROQUALI	
p12. Qualificação do Processo de Fiscalização do Contrato no âmbito da Execução Orçamentária e Financeira – Vinculado ao PROQUALI	
p13. – Aprimoramento da Ergonomia no ambiente de trabalho – vinculado ao pgr3	
p14 – Infraestrutura das instalações do TRE-BA melhoradas – vinculado ao pgr3	
p15 – Adoção de medidas com vistas à ampliação da instalação de usinas fotovoltaicas nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA	p15 – Adoção de medidas com vistas à ampliação da instalação de usinas fotovoltaicas nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA
p16 - Adoção de medidas com vistas à ampliação da capacidade de captação e utilização de água da chuva nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA	p16 - Adoção de medidas com vistas à ampliação da capacidade de captação e utilização de água da chuva nos imóveis vinculados ao TRE-BA – compõe o pgr4. Racionalização de Gastos do TRE-BA

AÇÕES (a)
a1. Revisar a formulação e implementar os procedimentos de apuração e tratamento dos resultados da pesquisa de confiança, visando maior efetividade nas análises e tomadas de decisão
a2. Articular com parceiros para a adaptação dos postos de atendimento ao eleitor
a3. Ampliação do “Projeto Jovem Eleitor” na Bahia
a4. Curso de Lideranças Políticas Femininas
a18. Aprimorar a acessibilidade digital na intranet e internet institucionais
a5. Consolidação da implantação da Automação Processual, aplicada à Prestação Jurisdicional com uso da Inteligência Artificial
a6. Revisão e institucionalização do Programa de Ambientação do novo servidor e colaborador
a7. Impulsioneamento do PLS - Plano de Logística Sustentável 2021-2026, priorizando ações nos eixos que compõem o cálculo do IDS
a8. Ações de sensibilização e de educação continuada, voltadas à sustentabilidade ambiental e envolvendo todos os servidores e terceirizados
a16. Elaboração do Plano de Prestação Jurisdicional no 1º Grau – Planjur1
a17. Elaboração do Plano de Prestação Jurisdicional no 2º Grau - Planjur2
a10. Segurança da Informação no TRE-BA: Planejamento, Capacitação, Implantação e Certificação
a11. Aquisição de equipamentos, softwares e serviços para a infraestrutura do datacenter
a12. Atualização do parque tecnológico (equipamentos e rede)
a13. Modernização das telecomunicações com foco em segurança da informação e provimento de Internet via <i>wi-fi</i>
a14. Implantação de plataforma de desenvolvimento <i>low-code</i>
a15. Implantação de novo <i>Service Desk</i>



Justiça
Cidadania
e Serviço